

## Pela mão de Alice, o social e o político na pós-modernidade (T7)

Júlia Ap.<sup>a</sup> Sousa de Oliveira, com contribuição dos grupos e do professor

Entre os cientistas sociais que analisam os problemas fundamentais da sociedade contemporânea são muitas as diferenças. Entre as diferentes abordagens destes cientistas, a primeira é aquela considerando que a sociedade liberal moderna respondeu de forma adequada aos problemas fundamentais de nosso tempo, o que teria calado e neutralizado a oposição radical anticapitalista que nos últimos cem anos foi movida sobretudo pelos movimentos socialista e comunista.

A segunda abordagem salienta a superficialização do modo pensar contemporâneo e, por conseguinte, a falta de questionamento sobre os problemas fundamentais da humanidade na sociedade moderna. Esse fenômeno, conforme os cientistas deste grupo, é associado ao desenvolvimento da sociedade de consumo, da cultura de massa, da revolução da informação e da comunicação sob uma lógica consumista.

Um terceiro grupo de cientistas sociais, como Giddens e Foucault, privilegia o questionamento dos pressupostos epistemológicos da modernidade, defendendo que foram a racionalidade cognitivo-instrumental e a forma da produção do conhecimento técnico-científico que desembocaram no abandono da reflexão sobre os problemas fundamentais. Trata-se de um buraco negro epistemológico em torno dos grandes problemas de viver em sociedade.

A quarta e última abordagem reúne o grupo de longe mais heterogêneo de cientistas em torno de uma concepção segundo a qual o problema fundamental da sociedade contemporânea reside no esgotamento das virtualidades do desenvolvimento social em razão da erosão dos mecanismos institucionais e culturais que compensem o déficit social do desenvolvimento capitalista. Nesta ótica, há um grande interesse destes cientistas por movimentos alternativos, como ecológicos, sócio-políticos e socioeconômicos.

Em seguida, o autor identifica os principais processos de estruturação de prática social e de redes de relações sociais que oferecem sentido e rumo à transformação social. Sua ênfase recai sobre o conceito de espaço-tempo das relações sociais, entre sociedades territoriais, nomeadamente entre Estado-Nação, no interior do sistema mundial e da economia-mundo. Assim, o problema fundamental do espaço-tempo mundial é a crescente polarização entre o Norte e o Sul, entre países centrais e países periféricos no sistema mundial. Esse problema comporta uma pluralidade de vetores sendo três destacados: *a explosão demográfica, a globalização da economia e a degradação ambiental.*

Em primeiro lugar, o autor discute a questão da *explosão demográfica*. Entre 1825 e 1925, a população mundial duplicou de 1 bilhão para 2 bilhões de pessoas. Nos cinquenta anos seguintes voltou a duplicar e entre 1975 e 1990 passou de 4 bilhões para 5,3 bilhões de pessoas, atingindo a marca de 6 bilhões de pessoas em 1999. Atualmente, em 2014, a população mundial é de 7,2 bilhões. Mais de 50% desta população vive em cidades congestionadas, sem habitação nem saneamento adequados, sem serviços sociais mínimos, sujeita à fome e ao desemprego em massa, o que representa sinais claros de um vasto colapso ecológico e social.

A explosão demográfica passa a ser um problema a partir do momento em que provoca um desequilíbrio entre população e os recursos naturais e sociais para sustentar adequadamente o bem-estar social. Entretanto, não é conveniente realizar previsões do tipo daquela de Thomas Malthus. Segundo Paul Kennedy, três fatores contribuíram para a falha malthusiana: a emigração maciça de ingleses e dos europeus em geral, o aumento da produtividade pela revolução verde e o aumento da produtividade do trabalho com a revolução industrial. Visto em seus aspectos atuais, somente a primeira alternativa se mostra disponível aos países periféricos.

É certo que há milhões de pessoas em processo de deslocamento e cerca de 15 milhões, quando o livro estudado foi escrito, aguardavam em campos de refugiados a oportunidade de poderem vir a refazer noutro lugar a sua vida. Porém, o controle das fronteiras, o protecionismo, o racismo e a xenofobia são obstáculos poderosos à busca de uma vida melhor. Tudo leva a crer que os elevados padrões de vida e de consumo vigentes no Norte não serão partilhados com o Sul.

O segundo vetor da desigualdade Norte/Sul no espaço-tempo mundial é a *globalização da economia*. A propósito, alguns pensadores reconhecem a economia como internacional e não global, no sentido da contínua importância dos mecanismos de gestão macroeconômica e da formação de blocos comerciais.

O primeiro traço da globalização é o deslocamento *da produção mundial para a Ásia, que se consolida como uma das grandes regiões do sistema mundial*, no caso constituída pelo Japão como centro, os novos países industriais Coreia do sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura como semiperiferia e o resto da Ásia atua como periferia. Este deslocamento é diretamente proporcional ao teor tecnológico da produção medida pelo investimento em desenvolvimento. Neste ponto, convém destacar o lugar da China. Este país apresentou nos anos recentes um crescimento médio de 10% ao ano. Entretanto, o volume de emissões de gases de efeito estufa neste país cresce em ritmo igualmente veloz. Em 2013, esta nação asiática apresentou uma quantidade de 7,2 toneladas de gases poluentes per capita, o que corresponde no total mais do que toda a União Europeia em razão do enorme tamanho de sua população. Este fenômeno é revelador dos riscos ao meio ambiente, com prejuízo à qualidade de vida dos habitantes em razão do aquecimento global.

O segundo traço da globalização da economia é a *primazia total das empresas multinacionais, enquanto agentes de “mercado global”*. Esse fenômeno tem como causas principais a desregulação dos mercados financeiros e a revolução nas comunicações transcontinentais que incentivaram à internacionalização das empresas.

Concomitantemente, há a *erosão da eficácia do Estado na gestão macroeconômica*, no sentido em que perde domínio sobre dois aspectos da vida nacional: a moeda e a comunicação. Trata-se de atributos da soberania nacional, constituindo peças estratégicas de segurança. Por outro lado, as multinacionais ganham o poder de intervenção global e se beneficiam da mobilidade crescente dos processos de produção.

Além disso, observa-se o *avanço tecnológico das últimas décadas quer na agricultura com a biotecnologia, quer na indústria com a robótica e a automação*. Os aumentos da produtividade proporcionados com essas novas tecnologias escondem frequentemente o fato de contribuírem para a polarização Norte/Sul, dados os investimentos de capital, os recursos científicos, a mão de obra qualificada e a escassez de mão de obra que pressupõem.

Na era da biotecnologia, recorre-se a técnicas que usam organismos e processos vivos com vista à melhoria genética em plantas e animais. A grande novidade da biotecnologia é que ela é levada a cabo por grandes empresas multinacionais protegidas por patentes. As descobertas biotécnicas assim não beneficiam aqueles que não puderam pagar os “direitos autorais” (*royalties*), impondo um “imperialismo biológico” (termo cunhado por Kloppenburg).

Sem contar poucos países do Sul que nas décadas de 80 e 90 conseguiram se beneficiar das transformações da economia mundial, a esmagadora maioria perdeu e sofreu colapsos de diversas formas: na perda da soberania efetiva de seus Estados periféricos, na submissão aos programas de ajustamento estrutural do Banco Mundial e do FMI, na conturbação interna, na

violência urbana, nos motins dos esfomeados, na má nutrição, na degradação do ambiente e no aumento das exportações de produtos primários.

A propósito, antes de 1945, o chamado terceiro mundo exportava cereais e nos anos cinquenta era autossuficiente em produtos alimentares. Porém, em 1954, os EUA iniciaram um programa de vendas subsidiadas de produtos alimentares designado *Alimentação para a Paz* que supostamente teria como meta combater a fome no mundo. Todavia, o programa tinha como precedentes econômicos aliviar os excedentes agrícolas, desenvolver mercados de exportação para as mercadorias agrícolas americanas e expandir o mercado internacional. Muitas das culturas tradicionais foram negligenciadas em prol desse aumento de importação, além da redução a uma dieta menos variada e estranhas aos hábitos alimentares ancestrais. Os preços dos produtos alimentares subiram e os países do Sul se viram obrigados a abandonar a cultura de subsistência e promover culturas para exportação como solução parcial para a crise consequente do aumento da dívida externa.

A pressão para intensificação das culturas de exportação combinada a técnicas deficientes de gestão de solos levaram à desertificação, à salinização e à erosão. Entre outros efeitos, o desmatamento e a erosão trazem consigo a rarificação da água potável, tanto em países centrais quanto em países periféricos.

Os países do Norte “especializaram-se” na poluição industrial e, em tempos mais recentes, têm conseguido exportar parte dessa poluição para países do Sul, na forma de lixo tóxico ou ainda na instalação das indústrias mais poluentes nesses países. De todos os efeitos da poluição ambiental em geral, os mais ameaçadores são o efeito estufa e a degradação da camada de ozônio, como consequências para o ecossistema da terra, com difícil previsão de toda a sua extensão.

Analisado à luz dos três fatores selecionados (o aumento da população, a globalização da economia e a degradação ambiental), o espaço-tempo mundial se encontra em situação dilemática em vários níveis.

Em primeiro lugar, o modelo de desenvolvimento capitalista assume uma hegemonia global no momento em que se torna evidente que os benefícios que pode gerar estão confinados a uma pequena minoria da população mundial, enquanto seus custos se distribuem por uma maioria sempre crescente. As desigualdades sociais entre o centro e a periferia do sistema mundial tendem ao agravamento.

Em segundo lugar, e em aparente contradição com isto, os problemas mais sérios com que se confronta o sistema mundial são globais e, como tal, exigem soluções globais, marcadas não só pela solidariedade dos ricos para com os pobres do sistema mundial, como pela solidariedade das gerações presentes para com as gerações futuras. A perda de centralidade institucional e de eficácia reguladora dos Estados nacionais, por todos reconhecida, é hoje um dos obstáculos mais resistentes à busca de soluções globais.

O último dilema do espaço-tempo mundial reside em que, no momento em que países centrais e as instituições internacionais sob seu controle impõem aos países periféricos e semiperiféricos a adoção de regimes de democracia representativa e de defesa dos direitos humanos, as relações entre os Estados no sistema interestatal são cada vez menos democráticas. Os países do Sul têm cada vez menos autonomia interna e estão sujeitos a imposições externas de toda a ordem, por vezes, indicadoras do início de um novo ciclo do colonialismo ou, pelo menos, de neocolonialismo.

Mesmo assim, assiste-se à emergência de lutas daqueles não-satisfeitos com o sistema vigente e que organizam movimentos sociais, com diversos objetivos, podendo ser ecológicos, a favor dos povos indígenas, mulheres e operários. Muitos desses movimentos deram origem ou estão

ligados a organizações não-governamentais transnacionais. A propósito, uma transnacionalização dos movimentos sociais constitui uma resposta pertinente em era de globalização da economia.